UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

Débora Cardoso Mello

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, ESPAÇOS EDUCATIVOS E CULTURA DIGITAL: EM BUSCA DE UMA CIDADANIA CONTEMPORÂNEA.

Porto Alegre

1º Semestre

2015

Débora Cardoso Mello

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, ESPAÇOS EDUCATIVOS E CULTURA DIGITAL: EM BUSCA DE UMA CIDADANIA CONTEMPORÂNEA

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Comissão de Graduação do curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof.ª Cíntia Inês Boll

Porto Alegre

1º Semestre

2015

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Paulo e minha mãe Darli pela compreensão, apoio e amor incondicional ao longo da vida.

Ao Elias pelo cuidado e amor que tem me dedicado, sem medir esforços para me apoiar ao longo da escrita deste trabalho.

Aos meus amigos pelas palavras de incentivo e parceria em todos os momentos.

À minha orientadora Cíntia pela dedicação e paciência durante a construção deste trabalho e por me ensinar que ser docente é principalmente um exercício continuo de aprender a ensinar e ensinar aprendendo.

RESUMO

Este trabalho tem como tema principal promover estudos sobre a relação entre a educação e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para a efetivação de uma cidadania contemporânea em tempos de Cultura Digital. A pesquisa procura colaborar com as análises de documentos bases que regem a Educação Básica no que diz respeito ao uso das TIC para uma educação cidadã na construção de uma escola de qualidade social. A investigação é de abordagem qualitativa e utiliza as experiências do estágio em docência na EJA da autora, realizado no Município de Porto Alegre, e suas vivências como aluna e professora estagiária nestes tempos de Cultura Digital, em busca da compreensão de como as TIC, na interlocução com a escola e as DCN, podem contribuir para o exercício da cidadania em tempos de Cultura Digital. Trata, ainda, de colaborar para a valorização do exercício social dos indivíduos nos diferentes espaços de aprendizado e como este pode ser potencializado com a utilização dos recursos tecnológicos para o processo de ensino aprendizagem (BRASIL, 2013). As Diretrizes Curriculares da Educação Básica (BRASIL, 2013) tornaram-se a base para o desenvolvimento da pesquisa, impulsionando ideais de docência e de uma educação cidadã. Assim, são problematizados alguns conceitos, entre eles o de Cultura Digital e o de espaço educativo, nesse contexto e na perspectiva de que estes possam contribuir para ressignificar o ambiente escolar em tempos de conexões digitais e de “educação para a cidadania” (HICKMANN, 2000).

Palavras-Chave: Cidadania. Espaço Educativo. Cultura Digital. Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

MELLO, Débora Cardoso. **DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, ESPAÇOS EDUCATIVOS E CULTURA DIGITAL: EM BUSCA DE UMA CIDADANIA CONTEMPORÂNEA** Porto Alegre, 2015, 35 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015

Sumário

1. INTRODUÇÃO 5

2. AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS COMO PROVOCADORAS DE UMA CIDADANIA CONTEMPORÂNEA 11

2.1 As Diretrizes Curriculares Nacionais e o Espaço Educativo 11

2.2 O espaço educativo e a cidadania 13

3. OS ESPAÇOS EDUCATIVOS ESTENDIDOS NA CONTEMPORANEIDADE 18

3.1 Educar para a cidadania nos espaços educativos estendidos em tempos de Cultura Digital : entendendo o percurso da pesquisa. 19

4. CIDADANIA CONTEMPORÂNEA NA CULTURA DIGITAL 21

4.1 Cultura Digital e cidadania. 21

4.2 Cultura Digital e ser docente. 25

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 32

REFERÊNCIAS 34

1. INTRODUÇÃO

Ao ingressar no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul não imaginava o quanto minha concepção de educação iria se transformar, se construir e desconstruir inúmeras vezes. Refletíamos minhas colegas e eu em tantas discussões, dentro e fora das aulas da Faculdade de Educação (Faced), porque sabíamos que todo o momento era um momento especial para construir nosso conhecimento e nossa trajetória como pedagogas.

Hoje aqui iniciando a escrita do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) me pego voltando no tempo e lembrando o quanto me surpreendi com as concepções de educação as quais encontrei na Universidade. O que aprendi e ainda aprendo na faculdade, cada dia supera muito minhas expectativas - mais especificamente nestes anos finais de estudos - e desafia minhas concepções do que é ensinar nesses tempos atuais. Pude perceber que a escola deve fazer parte da realidade dos alunos, permitindo conexões entre o que nos é apresentado e o que vivemos em nossas vidas cotidianas: nossa casa, nosso bairro, cidade e por aí adiante. Lembro-me muito bem da sensação de estar na escola, tanto no ensino fundamental quanto no médio, era a de estar em um mundo á parte, aguardando ansiosamente para o fim da aula para poder voltar para o meu mundo, meus amigos, minhas brincadeiras.

Então, ao ingressar no Curso de Pedagogia, os meus horizontes se expandiram, com as leituras realizadas, com as aulas, com os debates com as práticas pedagógicas[1] as quais realizávamos a cada semestre. E comecei a escutar no Curso sobre “aulas” que fizessem sentido para os alunos, que respeitassem os conhecimentos prévios e sua bagagem cultural, visando uma prática docente enriquecedora é preciso que nós, como docentes respeitemos a diversidade e as singularidades de cada aluno.

E então o conceito de cidadania, nesse contexto atravessou todas essas

[1] As práticas pedagógicas estão relacionadas com os estágios de docência que também são conhecidos como “atividades de ensino de caráter teórico-prático, obrigatórias à integralização de qualquer um dos cursos de licenciatura da UFRGS - RESOLUÇÃO Nº 31/2007 – CEPE/UFRGS REGULAMENTA OS ESTÁGIOS DE DOCÊNCIA DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFRGS.”

minhas reflexões, pois não é possível desassociar o respeito á bagagem cultural e ás singularidades do outro sem o exercício da cidadania. Nos estudos realizados nas obras de Paulo Freire (1992) encontrei o conceito de cidadania definido pelo autor:

> Se faz necessário, neste exercício, relembrar que cidadão significa individuo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado e que cidadania tem que ver com a condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão. (FREIRE. 2001, p.25)

E é nesse uso de direitos e direito de ter deveres que se constrói o respeito ao outro em todos os territórios educativos, sejam eles escolares ou não.

O respeito às diversidades, a compreensão da singularidade do ser, considerando nossas diferenças em muitos aspectos; remeteu-me à pluralidade cultural, aos vários espaços culturais aos quais circulamos culturas que devem agregar e não segregar, somando conhecimentos, tornando-as patrimônio de todos.

Todos estes aspectos destacados são principalmente princípios orientadores de minha vida cidadã, especialmente quando em trabalho docente, que durante minha formação foram se alicerçando e encontrando ecos epistemológicos nos autores estudados. Nesse processo de estudos, de conhecimento sobre a docência que respeite o aluno como sujeito também produtor de cultura e de saberes, destaco a professora Maria Bernadette Castro Rodrigues (2004) que diz:

> [...] um trabalho docente reflexivo, consciencioso, organizado, intencional, competente e prazeroso é indispensável para a mudança, no sentido de garantir uma permanência maior dos alunos em sala, oferecendo-lhes um fazer pedagógico mais humano e alegre. (RODRIGUES, 2004, p.44, itálico da autora).

A partir destas reflexões até aqui apresentadas movimentei meus olhares para o que acontecia nos espaços de formação nos quais circulo. E um dos lugares no qual experenciei este fazer pedagógico mais humano foi no Estágio Curricular Obrigatório[2] que realizei em uma turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em

[2] O Estágio Obrigatório é uma das etapas práticas de duração de um semestre do Curdo de Pedagogia, uma "Disciplina de caráter obrigatório, realizada no 7º semestre do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - RESOLUÇÃO Nº 31/2007 – CEPE/UFRGS REGULAMENTA OS ESTÁGIOS DE DOCÊNCIA DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFRGS."

uma turma da Totalidade três[3] com docência compartilhada[4]. A Escola onde realizamos nosso estágio obrigatório está inserida em uma comunidade na periferia de Porto Alegre – Bairro Mário Quintana, considerada uma área de risco pelo tráfico e violência na região.

Foi no Estágio que pude me aproximar dos alunos ao trabalharmos em sala de aula temas como cidadania e cultura, mais do que isso: nesse momento foi possível exercer a cidadania dentro da escola ajudando-os a estabelecer conexões com suas realidades. Nas falas do cotidiano, percebi nos alunos um desejo latente por exercer a cidadania na própria construção da sua história na escola, no bairro e na cidade. Ao longo do semestre percebi que os alunos se interessavam com maior entusiasmo nas atividades que faziam sentido para eles.

Retomando minhas observações sobre as aulas em que ministrava como estagiária, percebi que o relato a respeito de suas vidas, seus costumes e cultura, reafirmava o que eu vinha estudando sobre a importância da aprendizagem escolar estar entrelaçada com a realidade dos alunos. Como em momentos que abordávamos temas e problemáticas relacionados a seus cotidianos, tais como: questões de saneamento básico, preservação ambiental do seu entorno entre outras demandas tão próximas deles, das experiências vívidas e vivas de suas realidades. E nos momentos que tivemos a oportunidade de fazer uso das tecnologias em nossas aulas, como nas visitas ao laboratório de informática, pude perceber o quanto tais ferramentas possibilitavam aos alunos uma maior autonomia, que consequentemente os levava á procura de conhecimentos aproximado desse contexto mais próximo, permitindo a eles acessar as mais variadas informações e compartilhá-las em suas redes sociais. Era um “fora” da escola “dentro” da sala de aula.

Na esteira desta discussão é preciso pensar nas linhas limitadoras, nos territórios que as complementam - ou não. Seria possível crer que essa linha existisse assim tão demarcada na minha sala de aula? Podemos pensar que as ferramentas tecnológicas estão não somente “dentro” como “fora” da escola; porém

---

[3] As Totalidades de conhecimentos que organizam o currículo da EJA representam a busca da unidade, cada totalidade está inserida na seguinte, construindo com isso a visão totalizante e global do ensino.

[4] Conforme Moreira (2009), a docência compartilhada é uma “ação/intervenção conjunta de trabalho entre dois ou mais professores em uma mesma sala de aula” (p.17)

o fora da escola hoje também pode ser, tal como a escola é, um espaço educativo tal como um outro - ou não, território educativo: o território da Cultura Digital. Neste sentido Boll e Kreutz (2010) afirmam que:

> A Cultura Digital é um campo vasto e potente, pois pode estar articulada com qualquer outro campo além das tecnologias, como por exemplo a arte, a educação, a filosofia, a sociologia, etc. nesta perspectiva a Cultura Digital, assim como uma proposta de educação integral, maximiza todos os campo dos saberes dispostos, tanto quanto fora do espaço escolar justamente por encontrar-se em um lugar que não pode fechar-se para o seu entorno que o está desafiando a novos jeitos de aprender. (BOLL; KREUTZ, 2010, p. 11).

Durante o estágio essas falas sobre o uso das redes sociais entre outros aplicativos[5] eram recorrentes na sala de aula, inclusive entre aqueles que não possuíam tais aplicativos em seus smartphones. Dentre os 18 alunos de minha turma, 12 tinham e usavam seus smartphones em sala de aula, me levando a crer que estas ferramentas os auxiliavam na aprendizagem. Percebi que o uso dos smartphones, ou então os chamados celulares inteligentes[6] congregam outras funcionalidades que não só o telefone e as mensagens de texto (SMS) eram comum e conhecido deles. Percebi que buscar informações nestes celulares e inseri-las em nossas aulas nos conectavam aos conteúdos didáticos e às nossas vidas.

A escuta atenta das falas dos alunos trouxeram para o nosso planejamento, meu e de minha colega, pois tivemos a oportunidade de desenvolver a docência compartilhada, às singularidades deles possibilitando-nos um fazer pedagógico mais sensível e significativo, mais humano e acolhedor. De acordo com a professora Roseli Inês Hickmann é necessário um trabalho educativo humanizado, um olhar com afeto àqueles sujeitos que estão no processo de aprendizagem:

> [...] através da realização de um trabalho educativo comprometido e articulado com os enigmas, vicissitudes, paradoxos e sofrimentos humanos que compõem o caleidoscópio do cotidiano. Um trabalho que vise observar a vida; ler as pessoas em seus olhares, jeitos de vestir, de caminhar, de alimentar-se, de brincar, sorrir, amar, chorar; ter uma escuta sensível dos estudantes, enfim, que tenham por proposição temáticas e atividades em ciências sociais articuladas à subjetividade e ao mundo vivido e desejado

---

[5] Aplicativos são programas que funcionam como um conjunto de ferramentas construído para realizar tarefas e trabalhos específicos.

[6] Smartphones são chamados de “celulares inteligentes” pois possuem diversas funcionalidades tais como acesso a internet, possibilitando assim a instalação de vários aplicativos para variadas funções e utilização. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Smartphone. Acessado em maio de 2015.

> pelos educandos e educadores, ultrapassando os limites e as fronteiras das concepções de espaço e tempo. (HICKMANN, 2002, p.18).

Todas estas nuances foram me motivando, despertando e entusiasmando para explorar estes temas tão falados, mas às vezes pouco entendidos como diversidade cultural, cidadania e Cultura Digital. Nessa perspectiva, acredito que eles entrelaçam-se, acrescentam-se e modificam-se como o mundo em que vivemos, onde constantes mudanças fazem parte da evolução dos indivíduos e da própria sociedade.

Outro fator determinante para a escolha do tema tecnologias e cidadania foi eu ter cursado concomitantemente ao estágio a disciplina Educação a Distância e Ambientes de Aprendizagem[7]. Durante a disciplina nos foi proposto à construção de um aplicativo para dispositivos móveis. A experiência de construir um aplicativo a partir de meus interesses foi muito significativa para mim, proporcionou refletir sobre a importância deste tema, dessa escolha e para tantas outras pessoas que poderiam utilizá-lo já que ele seria compartilhado na internet, podendo ser baixado em qualquer outro smartphone.

E foi refletindo sobre cidadania, culturas e as possibilidades enquanto construía o “meu” aplicativo que se fortaleceu meu desejo de estudar, aprofundar e discutir mais as ideias sobre cidadania em tempos digitais uma vez que estão conquistando gradativamente os espaços escolares, fazendo parte de nossa cultura: a Cultura Digital. A tecnologia já está (aparentemente) inserida na escola, em seus laboratórios de informática, por exemplo, mas o mesmo não acontece com o uso de dispositivos móveis como *smartphones* e *tablets* entre outros na educação. Porém, entendo que, até em função da minha experiência no estágio e na experiência vivida como aluna na disciplina, o uso dos aplicativos móveis no âmbito educacional pode possibilitar outros olhares sobre o que é aparentemente dicotômico: Cultura Digital e espaço escolar.

---

[7] Disciplina eletiva para o Curso de Pedagogia. Possui três créditos e tem como ”súmula: o estudo das características da Educação a Distância (EAD) apoiada por redes de computadores, envolvendo a interação mediada por computador, ferramentas e serviços da internet. Análise de como as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) são utilizadas e integradas em projetos de educação a distância. A disciplina prevê ainda o estudo das políticas públicas com relação à EAD no Brasil e nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, suas características e possibilidades pedagógicas.”

O seguinte trabalho tem como intuito evidenciar a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como outro recurso pedagógico em uma prática docente que priorize o exercício da cidadania e valorize a pluralidade cultural. Partindo da premissa que estas tecnologias já fazem parte de nossa cultura, consequentemente deveriam fazer parte da escola, Boll e Kreutz (2010, p.29) afirmam que "[...] No contexto atual, a Cultura Digital não parece ser mais uma escolha, pois a tecnologia se impõe como uma necessidade cotidiana."

Estamos em um mundo sempre em constantes transformações, e hoje é de suma importância utilizar os recursos tecnológicos para a promoção de uma sociedade melhor, com cidadãos cientes, não só de seus direitos, mas especialmente de seus deveres. As ferramentas para uma prática pedagógica que se aproxime do universo de vida dos alunos estão ali, na Cultura Digital, disponíveis para que possamos reinventar, transformar e aprimorar a relação ensino-aprendizagem com vistas a refletir isso também na sociedade pois o futuro nunca será inexorável:

> Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu "destino" não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade. (FREIRE,1996, p. 52)

Este trabalho está dividido em quatro partes, a primeira introdução, na qual apresento o assunto a ser pesquisado e suas premissas. Em seguida, explicito os conceitos comentados no inicio deste trabalho. Na terceira parte abordo o tema Cultura Digital e apresento algumas possibilidades pedagógicas que permitam o exercício da cidadania e a valorização das diferentes culturas na escola a partir do uso das TIC. Por fim, faço minhas considerações finais acerca deste trabalho, trazendo conclusões e indagações sobre a temática cidadania e docência em tempos de Cultura Digital.

2. AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS COMO PROVOCADORAS DE UMA CIDADANIA CONTEMPORÂNEA

Neste capítulo iremos abordar a relação dos espaços educativos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e sua importância numa educação pensada para a cidadania na contemporaneidade.

2.1 As Diretrizes Curriculares Nacionais e o Espaço Educativo

Em tempos de Cultura Digital, a articulação entre os espaços educativos mostra-se imprescindível para uma educação que quer ser significativa para alunos e professores. No entendimento das DCN todos os lugares onde estes alunos circulam são denominados espaços educativos, sejam eles sua escola, seu bairro, sua cidade, entre outros ambientes nos quais eles estão inseridos (BRASIL, 2013). Estes espaços, segundo o próprio documento, estenderam-se para além das salas de aula, num entendimento que não é mais apenas a escola o *lugar* onde está *a* educação:

> Quanto à concepção e à organização do espaço curricular e físico, se imbricam e se alargam, por incluir no desenvolvimento curricular ambientes físicos, didático-pedagógicos e equipamentos que não se reduzem às salas de aula, incluindo outros espaços da escola e de outras instituições escolares, bem como os socioculturais e esportivo-recreativos do entorno, da cidade e mesmo da região. (BRASIL, 2013, p. 27)

Para as Diretrizes Curriculares, a valorização destes espaços educativos nos quais os alunos se movimentam está ligada a uma educação que valoriza o aluno em suas singularidades, uma educação com qualidade social proporcionando ao aluno a se reconhecer nela. Uma escola que dialogue com os diferentes espaços educativos, numa perspectiva de promover uma compreensão de que estender a educação para além dos muros da escola é desdobrar possibilidades de diálogo entre sociedade, cidade, bairro e todos os que vivem e convivem nestes.

Assim como aponta as DCN esta escola, ao que ela define como escola de “qualidade social”, deve corroborar com diferentes espaços educativos considerando também a grande diversidade cultural encontradas nos sujeitos e nestes espaços:

> A escola de qualidade social adota como centralidade o diálogo, a colaboração, os sujeitos e as aprendizagens, o que pressupõe, sem dúvida, atendimento a requisitos tais como:
> **I –** revisão das referências conceituais quanto aos diferentes espaços e tempos educativos, abrangendo espaços sociais na escola e fora dela;
> **II –** consideração sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando os direitos humanos, individuais e coletivos e as várias manifestações de cada comunidade; (BRASIL, 2013, p. 22)

Fica explicito que, no entendimento das DCN, os espaços educativos não estão limitados aos ambientes escolares e institucionais dado que as aprendizagens se dão das mais variadas formas e acontecem nos mais variados ambientes nos quais os alunos e professores participam. Como previsto nas DCN para uma educação dirigida a valorização do aluno é preciso reconhecer nestes espaços “profissionais dispostos a reinventar e construir esta escola” (2013, p.27). Assim, os diferentes profissionais desses múltiplos espaços de aprendizagem, ao que entendemos também os espaços na Cultura Digital, podem contribuir para que uma “escola de qualidade social” se efetive.

Para as DCN o que está previsto nas políticas curriculares não pode ser limitado a uma prática exclusivamente escolar, pois os processos de planejamento e das aprendizagens são “vivenciados e reconstruídos em múltiplos espaços e por múltiplas singularidades no corpo social da educação” (2013, p.24).

Assim, uma escola de qualidade social parece ter que reconhecer que diferentes ambientes se complementam e interagem entre si, num movimento contínuo, como se fossem extensões de uma grande “rede conectada” (LEMOS, 2009). Podemos considerar que todos esses espaços e todos esses recursos para além do que seria *o espaço escolar* que hoje temos disponíveis, não necessariamente acesso, sejam fundamentais para que esta escola da qual falamos, possa realmente “possibilitar aos alunos e professores as conexões com seus cotidianos culturais”.(BOLL e KREUTZ, 2010)

Trabalhar considerando os mais variados espaços educativos, avaliando as indicações do mesmo documento para as etapas de ensino é algo de suma importância que também está previsto. Assim, na interlocução com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) está prevista a “valorização de seus conhecimentos e experiências; [...], bem como a sua disposição adequada nos tempos e ambientes educativos em face das necessidades específicas dos estudantes" (2013, p. 127).

Para as DCN os espaços educativos, a cultura e os direitos humanos devem estar presentes nas práticas pedagógicas, e as escolas assim como outras instituições sociais, devem proporcionar o reconhecimento dessa garantia (2013, p. 164). Fica claro que os alunos ao transitarem por variados espaços educativos também exercem sua cidadania quando este espaço propicia práticas que envolvam este exercício, e para tanto é preciso oferecer não só acesso a estes espaços mas também envolve-los em experiências pedagógicas:

> Em um contexto democrático, nos diversos níveis, etapas e modalidades, é imprescindível propiciar espaços educativos em que a cultura de direitos humanos perpasse todas as práticas desenvolvidas no ambiente escolar, tais como o currículo, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, o projeto político-pedagógico, os materiais didático-pedagógicos, o modelo de gestão, e a avaliação. (2013, p. 165)

Espaços educativos para as DCN abrangem, portanto, tudo aquilo que pensamos ser necessário para uma escola de qualidade social, indefinindo os acessos que estão “dentro e fora” dela - termo este que já não mais explica o conceito de ambiente educativo, pois esses se tornaram extensões de uma mesma sociedade que em tempos de Cultura Digital está globalizada. Não cabe mais separar de forma especifica os lugares de aprendizagem escolar, dado que hoje eles se complementam e interagem numa massa comunicativa e comunicadora ramificada.

2.2 O espaço educativo e a cidadania

A educação para a cidadania não se dá, assim, apenas na escola, mas

também em todos os espaços educativos nos quais os alunos e professores circulam. As aprendizagens nesse contexto da cidadania consideram a responsabilidade e a solidariedade e todas as exigências sociais e culturais da conquista de direitos.

Trazer estes conceitos para o que hoje é previsto por documentos oficiais juntamente com o direito de todos os cidadãos de terem acesso a informação nos remete ao que encontramos nas DCN no que diz respeito a importância do uso das TIC no processo de ensino aprendizagem (BRASIL, 2013). Certamente estes recursos no uso pedagógico podem qualificar a construção de conhecimentos, não só de leis e direitos, mas também conhecimento científico.

Esta preocupação com uma educação que forme cidadãos como define as DCN aponta que a escola é mais um elemento e não o único na formação do aluno na sua construção da identidade social e cultural (2013, p.16). Os valores sociais, os direitos e deveres dos cidadãos, estão relacionados com o bem comum e com a ordem democrática. É preciso atentar para estes conceitos a fim de um ensino contemporâneo visando o exercício da cidadania. Uma educação cidadã que, segundo as próprias DCN, considere a interação entre sujeitos e espaços educativos fundamentais para a construção de uma sociedade melhor (BRASIL, 2013, p. 25).

Durante meu estágio nas turmas da EJA pude perceber o quanto o ensino que fizesse sentido para os alunos era essencial para uma prática pedagógica que se voltasse para a educação cidadã. Ao proporcionar a inserção da realidade mais próxima do aluno para o âmbito educacional proporcionamos também a reflexão sobre a própria sociedade, incluindo as práticas pedagógicas sem separá-las dos conteúdos escolares do cotidiano e dos lugares. Assim, parece-nos que o objetivo central de uma prática docente é refletir aprendizagens na sociedade, educando para a vida e não apenas para fins de “aquisição de conhecimentos” das áreas acadêmicas dispostas nos currículos escolares.

Segundo Hickmann (2000), a educação para a cidadania possibilita ao aluno “construir uma série de posturas de vida, como atitudes de tolerância diante do diferente ou divergente, de cooperação voluntária” (p.13), posturas que somente poderão ser construídas através de uma prática que se aproxime do aluno com todas suas singularidades levando sempre em conta que ele traz em si o conjunto de costumes e características de todos os lugares (físicos ou não) em que ele

transita e vive.

Uma prática pedagógica mais humana, nos diz Hickmann, permite adentrar nestes lugares onde os alunos estão circulando, possibilitando assim uma comunicação mais direta para a compreensão mutua, tanto na relação entre aluno/professor como aluno/aluno. E é esta mesma compreensão e comunicação que permite o exercício da cidadania nestes espaços educativos. Uma comunicação e interação que podem possibilitar a autonomia, a cooperação e relações de respeito entre os indivíduos nas suas singularidades, na sua identidade (social, cultural) e nos seus direitos. Pensar em uma educação para a cidadania nos diferentes ambientes educacionais implica "um processo permanente de educação moral e humanização, no desenvolvimento da consciência ética" (Hickmann 2002, p. 12).

Ao fazer referência ao respeito ao outro e sua relação com a cidadania Hickmann (2002) traz o conceito da alteridade entrelaçada ao conceito de cidadania:

> Essa perspectiva vincula-se ao principio da alteridade, de colocar-se no lugar do outro e, dessa forma, vivenciar a reciprocidade. Falar em alteridade implica fazer referência à cidadania, à relação entre Estado e sociedade civil na prescrição dos direitos e deveres do cidadão, implica um processo de estranhamento e distanciamento do familiar, bem como perceber a presença do "outro" para a constituição da própria subjetividade. (HICKMANN, 2002, p.10).

A formação do aluno como indivíduo agente socialmente implica neste estranhamento que a autora aponta, pois através deste exercício de percebermos e respeitarmos o outro com suas diferenças também nos constituímos como sujeitos inseridos em uma sociedade e nada melhor do que transitar nos mais variados espaços para conhecer e reconhecer essas diferenças/semelhanças. Esses movimentos que fazemos dentro da escola, em nossos lares, no bairro onde vivemos, em nossa cidade, em todos esses espaços educativos inclusive os da Cultura Digital permitem construir relações com os outros e estabelecer conexões entre todos que também transitam nestes lugares.

Pensar em uma educação que abranja os diferentes espaços educativos é primordial para a construção de uma sociedade melhor, mais justa e igualitária. Paulo Freire (2001) nos propõe este exercício de circular nos diferentes tempos e

espaços nos apontando a cidade como um espaço educador em sua relação com os diferentes recursos que disponibilizam.

> Os conteúdos, os objetivos, os métodos, os processos, os instrumentos tecnológicos a serviço da educação permanente, estes sim, não apenas podem, mas devem variar de espaço tempo a espaço tempo. A ontológica necessidade da educação, da formação a que a Cidade, que se torna educativa em função desta mesma necessidade, se obriga a responder, esta é universal. A forma como esta necessidade de saber, de aprender, de ensinar é atendida é que não é universal. A curiosidade, a necessidade de saber são universais, repitamos, a resposta é histórica, político-ideológica, cultural (FREIRE, 2001, p. 13).

A cidadania, assim, está entrelaçada diretamente à questão cultural. E são essas diversas culturas, dispostas também na Cultura Digital, que nos caracterizam, que fazem parte de nossa identidade, e através delas nos manifestamos no mundo. Ao falar em uma educação para a cidadania também estamos falando desta manifestação, a exercendo e praticando nossa(s) cultura(s) e na outra via acolhendo a(s) cultura(s) do outro.

Qual a importância então de educar para a cidadania nesses tempos de Cultura Digital? É possível pensar na importância de um fazer docente que permita aos alunos conviver e lidar com as diferenças, pois neste movimento todos também se constroem como cidadãos. Para isso, a importância de estarmos abertos e sensibilizados a essa Cultura Digital que se adentra os espaços escolares, que podem estar contribuindo diretamente para “[...] com os problemas das pessoas do mundo, da sociedade brasileira e da educação” (HICKMANN 2000, p.23). A docência na qual falamos pode focar práticas pedagógicas que permitam esses atravessamentos, oportunizando aos estudantes fazer suas conexões e viver em uma sociedade também atravessada por outras culturas:

> Para que deixemos de ver de uma única maneira e passemos a relativizar um pouco mais nossos padrões culturais, sem com isso absolutizarmos o relativismo, mas sim nos enxergarmos mais nos múltiplos espelhos da vida de maneira menos narcísica e egocêntrica. É preciso atravessar territórios alheios para que possamos enxergar os nossos próprios limites. (HICKMANN, 2000, p.23)

Hickmann (2002) apresenta essas discussões no campo das Ciências Sociais, contribuindo diretamente para a relação entre educação e cidadania, para a

construção da alteridade e da própria subjetividade nesse processo. A autora afirma que é nas aproximações e nos distanciamentos com o “outro” e suas culturas que construímos e experimentamos. Essas experiências, hoje muito mais flexíveis às culturas digitais, se misturam entre os espaços, dificultando a separação também da escola à vida cotidiana de nossos alunos, inclusive e particularmente nesse espaço não enraizado. Talvez hoje a expressão não seja mais “para além dos muros da escola”, e sim para “sem muros da escola”, uma vez que ela está diretamente relacionada com um espaço educativo estendido, em rede, tal como mais um fio de uma grande teia em que circulamos.

3. OS ESPAÇOS EDUCATIVOS ESTENDIDOS NA CONTEMPORANEIDADE

Em tempos de Cultura Digital o conceito de espaço se ressignificou, se estendeu, como nos explica André Lemos, autor que também trago para embasar meus estudos sobre a Cultura Digital. Definir lugares, territórios comunicativos, fica cada dia mais difícil visto que eles se espraiam como extensões, como dimensões físicas e simbólicas, aliadas a todas as tecnologias e recursos eletrônicos que temos disponíveis em nosso dia a dia, impondo-nos, portanto outra territorialidade: "[...] o território informacional" (LEMOS, 2009, p.92).

No que se refere ao que entendemos como espaços educativos estendidos, os territórios informacionais tal como define Lemos, quebram com as barreiras muitas vezes encontradas para delimitar os espaços, tempos e lugares, "apontando para a fusão dos ambientes eletrônicos e físicos" (LEMOS, 2009, p.93). Ou seja, já não é mais possível tais divisões, pois estes espaços/territórios são entendidos como "uma zona de controle informacional cercado por bordas ou fronteiras invisíveis [...] que emergem dos lugares oferecendo possibilidades de acesso, produção e distribuição de informação" (LEMOS, 2009, p.93).

Então, se hoje espaço educativo já não se delimita ao físico, se estamos imersos em uma Cultura Digital que nos permite circular por estes vários territórios é algo que já faz parte do nosso cotidiano, como iremos separar as relações de ensino-aprendizagem de tais ambientes? Ou como vamos delimitar tais espaços definindo cada qual no seu lugar e sua função? Se hoje o que vivemos são as interações com estes vários espaços, onde os sujeitos aprendem e ensinam?

> Reconhecidamente nosso mundo se expandiu além de fronteiras, físicas,convencionais e não convencionais, assim como nossa relação com este mundo que hoje não se reduz mais somente aos espaços escolares. Estamos todos impregnados de Cultura Digital, no entanto alguns espaços de construção de sentidos precisam ser adequados, modelados ao seu próprio "lugar" de compreensão. (BOLL; KREUTZ, 2010, p. 44 e 45)

Acreditamos que a construção desses espaços se faz na interação dos sujeitos e nas suas movimentações, “[...] não podemos dissociar comunicação, mobilidade, espaço e lugar” (LEMOS, 2009, p. 29). A mobilidade de informações que estão disponíveis principalmente nos acessos virtuais, causa impacto á mobilidade física do espaço e do local no qual se está interagindo, assim como nos sujeitos. Assim, são essas influências, essa mobilidade, estes espaços, lugares e tempos com suas informações que viabilizam a busca da expansão do conhecimento científico, uma das premissas para o exercício da cidadania. (BRASIL, 2013, p. 26).

Os espaços estendidos vão além do físico ou virtual, da escola ou da cidade, do “fora” ou “dentro”. Estes âmbitos educativos desdobrados trazem novos significados, pois se tornam pedagógicos a partir da construção ininterrupta destes pelos sujeitos. São espaços onde os alunos e professores não são meros observadores, mas participantes que constroem este espaço à medida que dele se apropriam num movimento de aprender e ensinar e vice-versa. E neste sentido é preciso promover ambientes de aprendizagem que permitam incorporar os saberes destes alunos.

3.1 Educar para a cidadania nos espaços educativos estendidos em tempos de Cultura Digital : entendendo o percurso da pesquisa.

Como já relatado anteriormente, a partir de vivências no Curso de Pedagogia, e ao longo do Estágio Curricular Obrigatório, surgiu a temática das relações entre espaços educativos, cidadania e Cultura Digital. Por ser uma temática que abrange muitas linhas possíveis de investigações, e sabendo que “[...] toda pesquisa opera um recorte sobre uma determinada realidade, uma vez que é impossível contemplar, através de uma só pesquisa, a totalidade dos fenômenos naturais ou sociais” (VÍCTORA,KNAUTH, HASSEN, 2000, p.45), delimitei a abrangência desta, em tais questionamentos: O que pode hoje ser entendido como exercer a cidadania junto ao “espaço educativo” presente nas Diretrizes Curriculares? Que “espaço educativo” é este do qual falamos? Como a cidadania pode ser exercida neste “espaço” em tempos de Cultura Digital?

A partir destes questionamentos, o trabalho tem como principal questão:

Como as TIC, na interlocução com a escola e as DCN, podem contribuir para o exercício da cidadania em tempos de Cultura Digital?

Tal questionamento aponta para os seguintes objetivos:

- Estabelecer relação conceitual entre espaço educativo, cidadania, Cultura Digital;
- Comparar minhas vivências como professora com as de meus alunos nesses tempos de Cultura Digital;
- Contribuir com os estudos sobre a Cultura Digital na relação professor/aluno e cidadania.

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa. O principal instrumento de pesquisa é a análise das Diretrizes Curriculares Nacionais no que aborda “cidadania, espaços educativos e TIC”, de textos e artigos que se relacionem com a temática escolhida e relatórios do Estágio Curricular Obrigatório.

Para realização desta pesquisa, foram pensadas as seguintes etapas:

1. Estudo dos referenciais teóricos sobre a temática;
2. Estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais;
3. Releitura dos Relatórios de Estágio Curricular Obrigatório;

Estas etapas foram se interligando ao longo deste trabalho, pois os referenciais teóricos e empíricos deram base para a compreensão de como uma educação para a cidadania se dá nos espaços educativos em tempos de Cultura Digital.

4. CIDADANIA CONTEMPORÂNEA NA CULTURA DIGITAL

Neste capítulo iremos abordar a relação de uma cidadania contemporânea em tempos de Cultura Digital e sua importância no âmbito educacional.

4.1 Cultura Digital e cidadania.

A relação entre cidadania e educação é destacada em documentos oficiais, tais como as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, e especialmente, no nosso caso de estudo, por Paulo Freire e Roseli Inês Hickmann. Em tempos de Cultura Digital, espaço esse que já faz parte de nosso cotidiano, conforme Boll e Kreutz (2010, p.44), pode-se afirmar que “O mundo da vida hoje vai muito além do que podemos chamar de convencional”, pois que os lugares físicos, tais como casa, escola, trabalho... acabam se misturando aos espaços do digital, tais como os das redes sociais que usamos: nossos blogs, nossas contas no twitter, nossas conversas no whatsapp... Torna-se imprescindível repensar e adaptar esta educação para a cidadania nestes espaços educativos estendidos, conforme Lemos (2004):

> Pode-se, assim, construir uma nova forma de vida e de relação social dentro desse mundo virtual, tendo a chance de ser um completo cidadão, diferente do que acontece nos países reais, onde muitos estão excluídos das formas legítimas de exercício da cidadania. (LEMOS, 2004, p. 160)

A partir disso, como é possível uma cidadania contemporânea em tempos de Cultura Digital? O que é preciso para que estes alunos que estão inseridos nestes espaços estendidos possam exercer sua cidadania? Para as DCN (2013, p. 26) é preciso compreender que estes discentes nasceram na era digital na qual os espaços se estendem entre digital e não-digital e que a utilização de novos recursos e procedimentos na relação ensino-aprendizagem se faz necessário para que uma cidadania contemporânea, também de acesso aos conhecimentos científicos, aconteça.

> Essa distância necessita ser superada, mediante aproximação dos recursos tecnológicos de informação e comunicação, estimulando a criação de novos métodos didático-pedagógicos, para que tais recursos e métodos sejam inseridos no cotidiano escolar. Isto porque o conhecimento científico, nos tempos atuais, exige da escola o exercício da compreensão,

> valorização da ciência e da tecnologia desde a infância e ao longo de toda a vida, em busca da ampliação do domínio do conhecimento científico: uma das condições para o exercício da cidadania. O conhecimento científico e as novas tecnologias constituem-se, cada vez mais, condição para que a pessoa saiba se posicionar frente a processos e inovações que a afetam (BRASIL, p. 26)

Assim, consideramos que a participação consciente na sociedade é uma conquista de direitos também de ampliação do domínio do conhecimento cientifico, de reconhecimento de processos e de inovações que possibilitam maior participação social e política em tempos de Cultura Digital. As novas tecnologias de comunicação reconfiguram a forma de propagação da informação, apresentando a ideia de que a cidadania pode ser renovada a partir das novas práticas da Cultura Digital (LEMOS, 2004, p. 165). Ao discutirmos a Cultura Digital e a cidadania contemporânea interconectamos recursos e métodos aos espaços educativos estendidos como exercício da vida social nesse contexto:

> [...] Quando se pensa em cidades enraizadas no mundo convencional, com destaque especial ao contexto da Educação, pensa-se pelo caráter especial de poder fortalecer o vínculo social através deste digital, de forma que as informações ali apresentadas possam contribuir para melhorar nossas ações políticas, culturais e econômicas, redefinindo inclusive a própria dimensão pública desta cidade na criação de uma cibercidadania (cidadania virtual). (BOLL; KREUTZ, 2010, p. 32)

Segundo Lemos (2009) estar inserido na Cultura Digital é, antes de tudo, um direito do cidadão que ele só conquista se tem acesso (p.149). Acreditamos que a escola deva não só disponibilizar esse direito ao acesso mas especialmente fazer desse direito uma possibilidade de produzir conteúdo e o compartilhá-lo também (idem). Os documentos orientadores das DCN (BRASIL, 2013) assinalam a importância de se "[...] assumir o desafio de propor uma escola emancipadora e libertadora" (p. 19), contribuindo assim para reforçar a ideia de que novas aprendizagens estão vinculadas aos direitos de exercer a cidadania como sujeitos únicos e singulares também através do acesso às TIC na escola.

> Neste sentido, afirma que uma escola de qualidade social deve considerar as diversidades, o respeito aos Direitos Humanos, individuais e coletivos, na sua tarefa de construir uma cultura de Direitos Humanos formando cidadãos/ãs plenos/as. (BRASIL, 2013, p.520)

Acreditamos que o acesso à informações e à produção de conteúdos está ligada á esta escola de qualidade social na qual os alunos exercem sua autonomia, algo que a Cultura Digital pode permitir realizar, pois esta dinâmica de informações e o que se pode fazer com elas é um dos fatores que pode potencializar a formação de cidadãos. Como vimos, as DCN (BRASIL, 2013) destacam que as metodologias escolares devem estar engajadas ao uso das TIC, pois através do direito do aluno ao acesso ás informações também se dá à sua inclusão efetiva nesses espaços estendidos, nos espaços da Cultura Digital.

> Tecnologias da Informação e Comunicação modificaram e continuam modificando o comportamento das pessoas, e essas mudanças devem ser incorporadas e processadas pela escola para evitar uma nova forma de exclusão, a digital (BRASIL, 2013, p. 167).

Analisando meus relatórios do Estágio Obrigatório Curricular é possível encontrar vários relatos em que a Cultura Digital e a cidadania se fizeram presente na prática pedagógica. Houve uma aula em que discutíamos sobre o problema da água no país e no mundo os alunos exemplificavam com o que viram na internet, em imagens e vídeos sobre os problemas da água nos mais variados lugares, inclusive sobre saneamento básico e a falta dele em muitas localidades. Fomos ao laboratório de informática e por sorte conseguimos um horário livre. Enquanto alguns alunos sugeririam sites já visitados por eles aos colegas que ainda não tinham acessado, auxiliávamos outros a buscar informações na rede. Respeitando suas escolhas, me detive em uma das alunas em sua busca por vídeos sobre a poluição das águas. Nesse contato pude perceber o quanto as imagens a emocionou, então ela me olhou e disse ‘vou postar no meu *facebook*[8] para meus amigos verem e se conscientizarem deste problema’.

Este momento me possibilitou compreender o quanto a tecnologia faz parte da realidade destes alunos e colabora para que o sentimento de cidadania seja visualizada pelo professor e o quanto o uso de celulares e computadores, é importante e consideravelmente acessível para muitos. Este momento ainda que não planejado por nós proporcionou, o que Lemos (2004) chama de “novas praticas de cibercultura” pois que se inverteu quem ofereceu as informações daquele conteúdo

[8] *Facebook* é um site de rede social fundado em 2004. Utilizado para postar e visualizar imagens, vídeos e textos, além de trocas de mensagens entre os usuários.

em que pesquisávamos, movimentando-me para muito além do exercício e discussão, invertendo definitivamente “a forma de disseminação da informação, trazendo em seu bojo a ideia que a cidadania pode ser reformulada a partir das novas práticas da cibercultura”(p. 160)

Assim, podemos crer que as práticas de cidadania atravessam todos os espaços e possibilitar que sua prática também se apresente nestes espaços dos territórios informacionais parece-nos ser uma oportunidade fenomenal para a escola. O ciberespaço[9] permite este exercício através do acesso e participação dos sujeitos tais como nos afirma Lemos (2004) “ciberespaço pode agir como instrumento de reaquecimento do espaço público, de agregação social e de participação política no que vem (se) chamando de cidadania digital (p. 151)”.

Assim, a cidadania digital possibilitada por este ciberespaço pode permitir uma maior circulação das informações e com muito mais rapidez, oportunizando uma dinâmica que também pode complexificar práticas pedagógicas que valorizam o aprendizado e a compreensão da cidadania de seus alunos. Assim com o compartilhamento deste conhecimento podemos nos comunicar de muitas formas e em diferentes textos, tais como em áudio, vídeo ...com variados sujeitos e locais do planeta, onde as TIC “podem aproximar experiências e garantir a problematização necessária para compreender conceitos de vida e de cibercidadania. (BOLL; KREUTZ, 2010, p. 42).

É possível inferir, portanto que hoje a Cultura Digital possibilitou expansão da cultura, aproximando pessoas e espaços, permitindo aos cidadãos o uso de ferramentas que o conectam com o restante do mundo, subsidiando-os a se inserirem nesta era digital.

> A cibercultura é a cultura contemporânea marcada pelas tecnologias digitais. Vivemos já a cibercultura. Ela não é o futuro que vai chegar, mas o nosso presente (*home banking,*cartões inteligentes, celulares, palms, pages, voto eletrônico, imposto de renda via rede, entre outros). Trata-se assim de escapar, seja assim de um determinismo técnico, seja de um determinismo social. A cibercultura representa a cultura contemporânea sendo

[9] Ciberespaço é um termo cunhado por Pierre Lévy (1998) que denomina o espaço das comunicações por redes de computação onde o coletivo está presente. Diz ele: “Coletivo não é necessariamente sinônimo de maciço e uniforme. O desenvolvimento do *ciberespaço* nos fornece a ocasião para experimentar modos de organização e de regulação coletivos exaltando a multiplicidade e a variedade. (p.66).”

> consequência direta da evolução da cultura técnica moderna. (LEMOS, 2003, p.11)

A Cultura Digital faz parte de nossas vidas em todos os aspectos sejam eles pessoais, sociais, econômicos e culturais. E como podemos negá-la no âmbito educacional e sua importância no exercício da cidadania? Dada a certeza que hoje ela é viva entre nós, pois que ela pulsa a cada *upload e download,* ainda há resistência no uso dos dispositivos móveis dentro da sala de aula. Aqui entra a questão de como nós como professores podemos fazer uso destas ferramentas para uma docência que se aproxime dos alunos, que faça parte de sua realidade, que seja significativa e que permita no uso da sua cidadania.

4.2 Cultura Digital e ser docente.

Considerando todas as discussões apresentadas neste trabalho de conclusão até aqui, registro o desafio de uma prática docente vivenciada por mim em tempos de Cultura Digital. Como já foi amplamente discutido neste trabalho, a Cultura Digital é uma realidade em nossos tempos, assim como esta cidadania contemporânea que se faz presente em nossa sociedade. E como não poderia ser diferente esta cultura atravessou todos os espaços, tornando imprescindível sua compreensão e incorporação no que diz respeito a prática docente. Boll e Kreutz (2010) complementam ainda:

> A Cultura Digital maximiza todos os campos dos saberes dispostos, tanto dentro quanto fora do espaço escolar justamente por encontrar-se em um lugar que não pode fechar-se para o seu entorno que o está desafiando a novos jeitos de aprender (BOLL e KREUTZ, 2010, p. 11).

Ser professor nestes tempos digitais exige do docente uma atualização constante, e principalmente o desafia para o uso das TIC na prática, uma prática que se aproxime também da realidade do aluno. Os apontamentos feitos ao longo de todo o documento das Diretrizes Curriculares Nacionais sobre o uso das TIC no âmbito da educação demonstram o quanto essas podem auxiliar a aprendizagem

dos alunos pois que elas“ constituem uma parte de um contínuo desenvolvimento de tecnologias, a começar pelo giz e os livros, todos podendo apoiar e enriquecer as aprendizagens.” (BRASIL, 2013, p. 25).

Hoje ainda existe certo preconceito pelo uso de dispositivos móveis, tal como há 15 anos atrás havia com o uso de computadores nos primeiros laboratórios. No entanto, um fato pode dificultar mais ainda esse uso do mundo da Cultura Digital na sala de aula. Esse fato é a interpretação da lei[10] que proíbe o uso de celulares na sala de aula no estado do Rio Grande do Sul e no município de Porto Alegre. Ao tempo em que essa lei estadual foi criada, em 2008, os celulares eram usados apenas para falar e enviar mensagens. Porém hoje estamos falando de celulares inteligentes como os *smartphones* que possuem conexão com a internet podendo ser usados como uma ferramenta de aprendizagem pelos alunos, muito próximo ao que os laboratórios ofereciam em seus Personal Computers(PC). Contudo, esse desejo existe pelos alunos à espera de uma “[...] CULTURA pulsante do DIGITAL está à espera de ser descoberta pelo educador” (BOLL, KREUTZ, 2010, p. 16).

Essa descoberta é anunciada nos documentos que orientam atualmente a educação básica brasileira, tais como as DCN. Elas preveem o uso das TIC como forma de enriquecer a relação ensino aprendizagem, num reconhecimento que a Cultura Digital está inserida nos espaços educativos, assim como na vida destes alunos que hoje circulam por estes espaços e incorporaram à suas vidas a cultura, oferecendo-se como auxílio pedagógico aos trabalhos escolares, garantindo “ acesso dos estudantes à biblioteca, ao rádio, à televisão, à internet aberta às possibilidades da convergência digital” (BRASIL, 2013, p. 25).

Assim podemos crer que o acesso ás mídias é um direito do aluno conforme as DCN, o que implica numa adaptação dos espaços educativos e dos docentes á essa nova forma de fazer pedagógico, por conseguinte é preciso não mais ver os recursos tecnológicos como os *tablets* e *smartphones* como “vilões” no processo de ensino aprendizagem, mas sim como recursos que auxiliam e enriquecem a prática docente. Essa distância entre a educação e a Cultura Digital necessita ser superada, aproximando as TIC, mais especialmente as tecnologias móveis, à prática docente,

[10] **LEI Nº 12.884, DE 03 DE JANEIRO DE 2008.** (publicada no DOE nº 003, de 04 de janeiro de 2008). Disponível em : http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/12.884.pdf

estimulando a criação de novas propostas didático-pedagógicas para que, enfim, como nos anunciam as DCN tais recursos e métodos sejam inseridos nos espaços educativos (BRASIL, 2013, p27).

Ao analisar meus relatórios de estágio percebi o quanto a tecnologia se fez presente em nossa prática, mesmo que informalmente, o quanto o uso de dispositivos móveis estavam presentes dentro e fora da escola nos auxiliando numa prática docente na também minha aproximação com meu aluno. Que usando os recursos tecnológicos da escola como o laboratório de informática e os smartphones, conseguíamos problematizar aulas em momentos de pesquisa planejados ou não, onde escolhíamos leituras de textos, de imagens ou de vídeos entre outros recursos oferecidos pela rede.

Houve um momento, por exemplo, em que estudávamos a temática da cultura africana e as palavras incorporadas em nosso cotidiano. Em um dado momento um aluno lembrou-se da palavra “dengo” que não estava entre as palavras trazidas por nós professoras para o trabalho em aula. O aluno perguntou se esta palavra também era de origem africana, o que nós até então não sabíamos, neste momento aproveitei e disse ‘vou procurar aqui no meu celular a origem da palavra dengo!’. Estudamos, portanto, a palavra com as informações que obtivemos naquele momento com a ajuda da rede, compartilhando mais esta informação, saindo da limitação das palavras que levamos impressas para aquela aula e a estendemos para outras que acabaram por atualizá-la ali mesmo, na sala de aula. Esse exercício enriqueceu a aula, e poderia ter sido muito mais significativo se os próprios alunos tivessem o acesso à internet nesse momento para realizarem suas próprias buscas em seus aparelhos móveis.

Percebemos que essas e outras atitudes que tivemos enquanto professoras estagiárias também contagiou a professora titular. Percebemos que houve um acréscimo de sugestões por parte da professora titular de vídeos, imagens e também a solicitação para que incluíssemos mais o uso dos computadores do laboratório de informática. A colaboração entre nós, duas estagiárias, e a professora titular se deu muito forte também através das redes sociais, onde nos comunicávamos e trocávamos diariamente e-mails, mensagens com sugestões de

materiais, recursos para as aulas e também recados[11].

> Da mesma forma o professor, que se vê num dilema ao colocar lado a lado seus velhos métodos e as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias, pode encontrar na Cultura Digital estratégias para desenvolver novas metodologias de ensino aprendizagem que envolvam o aluno, fazendo da escola um local de pensamento sobre as possibilidades que as redes e comunidades digitais oferecem, tanto para o desenvolvimento intelectual quanto nas possibilidades de socialização e colaboração no coletivo escolar.(BOLL; KREUTZ, 2010, p. 12)

Essas possibilidades que a Cultura Digital nos oferece abrem caminhos para uma interação maior com nossos alunos e colegas de trabalho, o que também pode propiciar "à escola, diante dessa sua natureza, assumir diferentes papéis, no exercício da sua missão essencial, que é a de construir uma cultura de direitos humanos para preparar cidadãos plenos" (BRASIL, 2013, p. 25). Pois como já foi discutido neste trabalho, ao oferecer aos sujeitos uma educação que os permita exercer sua autonomia também estamos promovendo sua cidadania. Ao promover um fazer docente que foque na "ampliação e diversificação dos tempos e espaços curriculares que pressuponham profissionais da educação dispostos a inventar e construir a escola de qualidade social" (2013, p.66) acreditamos que estaremos respeitando este aluno como sujeito com suas singularidades, como pertencentes cidadãos de uma sociedade e suas mais variadas culturas. Potencializaremos a construção desta escola de qualidade social também utilizando as TIC com vistas à um processo continuo de interação e troca dos diferentes saberes.

> A educação destina-se a múltiplos sujeitos e tem como objetivo a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, segundo diferentes abordagens, exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias. Por isso, é preciso fazer da escola a instituição acolhedora, inclusiva, pois essa é uma opção "transgressora", porque rompe com a ilusão da homogeneidade e provoca, quase sempre, uma espécie de crise de identidade institucional. (BRASIL, 2013, p. 25)

Essa opção "transgressora", que provoca essa espécie de crise de

[11] Usamos muito whatsapp, um comunicador instantâneo que pode agregar várias funcionalidades tais como compartilhamento de fotos, vídeos, textos... Houveram vários problemas de falta de aula na escola, em função de segurança (problemas com tráfico de drogas e violência) em que, questões de minutos, as aulas eram suspensas e tínhamos que avisar os alunos também. Assim como muitas vezes os alunos puderam nos avisar sobre os problemas que estavam ocorrendo no bairro nesse período através deste mesmo aplicativo.

identidade institucional que as DCN apontam como algo positivo, essa desacomodação da escola deste lugar fechado e tradicional, é um desafio instigador para esses tempos de Cultura Digital. Este acesso pode nos permitir transitar pelas várias culturas e identidades que nos constituem. Como argumenta Boll (2014), *apud* Jaqueline Moll:

> *Baixar os muros da escola* é colocá-la em diálogo com o que está em seu entorno em termos de políticas públicas, equipamentos públicos, atores sociais, saberes e práticas culturais e dinamizar as relações escola/comunidade, comunidade/escola, professores/ agentes culturais, agentes culturais/ professores, políticas educacionais/ políticas sociais, entre outras. (MOLL, 2012, p.142)

Ao revisitar meus relatórios de Estágio e as notas de campo deste período pude perceber o quanto é importante estes diálogos, pois através destas relações podemos construir esse novo fazer docente. Concordamos com Boll (2014) quando a autora afirma que esses “muros”, em tempos de Cultura Digital, precisam ser ressignificados pois que é preciso oferecer condições para que a construção destas diferentes maneiras, para além de analises criticas e técnicas, de aprender se faça (p.211). Não ressignificá-los acaba por dificultar as potencialidades dialógicas destes recursos oferecidos pelas TIC e, reforçam as “práticas pedagógicas a partir de questões estruturais (ideológicas, tecnológicas)” (idem). Os muros escolares são imaginários, são dicotomias criadas que dificultam compreender a extensão do próprio processo de aprender, de entender a extensão do próprio processo de construção da autonomia e da cidadania nesses tempos de Cultura Digital. Focar o “muro” é colaborar para que essa perspectiva deixe de lado aspectos comunicacionais e interacionais presentes neste tempo onde todos estamos imersos, é deixar de observar “a existência dos componentes estéticos dessa ação comunicativa que a cada dia mais nos surpreende da Cultura Digital.” (idem)

Como destaca Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida e José Armando Valente (2012), os processos pedagógicos que visam uma maior autonomia do aluno na construção de seu conhecimento, podem intensificar-se através do uso das TIC.

> Os processos pedagógicos, que têm como objetivos auxiliar o aprendiz a construir conhecimento, adotam como principal eixo articulador de suas atividades o desenvolvimento de projetos em busca de respostas a questões, que tenham significado para a própria vida e contexto dos aprendizes. Tais processos se tornam mais viáveis com a disseminação das tecnologias móveis, com conexão sem fio á Internet, associada com as facilidades de manuseio das ferramentas e interfaces gratuitas, com potencial de interação, autoria e colaboração. (p.61)

As possibilidades de um novo fazer pedagógico nestes tempos de Cultura Digital traz em si potencialidades interativas, de autoria e de colaboração, que na convergência do digital possibilitam a criação de seus próprios materiais como vídeos, imagens e sons. A possibilidade de que Boll (2013) define como o "protagonismo do saber" movimentado pela busca do novo sempre será "entrelaçado, ininterrupto e singular tanto na relação que o sujeito estabelece com ele mesmo quanto na relação com os outros atores." (p. 99).

O que nos permite inferir que através destes movimentos em que os alunos possuem uma maior autonomia a valorização dos espaços educativos, na interlocução com outros atores que também informam e se espraiam na internet com seus textos, sons e imagens, são estabelecidos na interconexão entre esses vários elementos que podem colaborar com os processos educativos. Para Boll (2013) uma compreensão desse contexto educativo enquanto "processo da construção dos conhecimentos científicos e culturais, éticos e estéticos [...] exigirá sempre intensos diálogos entre conteúdos escolares e territórios educativos." (p.99-100). Assim, é preciso considerar que o exercício da cidadania nesse contexto do qual falamos poderá se fazer presente, pois que através destas práticas dialógicas entre espaços e sujeitos o aluno poderá exercer sua cidadania também, o que nos coloca como docentes e sujeitos inseridos no âmbito educacional na posição de buscar a:

> [...] construção de espaços para diálogos entre educação, arte e cultura a fim de reconhecer e contribuir para a formação de territórios educativos onde saberes formais, saberes comunitários e práticas artísticas e culturais se integrem aos planos de atividades das escolas públicas. (BOLL, 2013, p. 101)

Pensar a educação é pensar a cidade e seu entorno como também

educadora, onde estes outros atores sociais[12] atravessam a reflexão da prática pedagógica. Percebi o quanto estes recursos tecnológicos puderam enriquecer minha relação de ensino-aprendizagem e o quanto ao mesmo tempo me sentia “travada” no inicio pela então proibição do uso dos celulares, pela não disponibilidade do laboratório... O que ficou dessa minha experiência como professora que está imersa nesta Cultura Digital e que vislumbrava uma prática docente que incluísse exercícios de cidadania foram as tentativas de superar as limitações que o dia a dia escolar me impunha.

Entendendo, portanto, que o uso das TIC na educação, mais particularmente o uso das tecnologias móveis, se apresentou como uma realidade viva em meu estágio compreendi que a construção desses espaços na sala de aula pode ser entendida como movimentos pedagógicos em busca de uma cidadania contemporânea. A Cultura Digital se configurou, para mim, como um espaço educativo estendido em intensos diálogos do exercício da cidadania.

[12] Os chamados atores sociais denominados neste trabalho fazem referência aos profissionais das mais variadas áreas e pessoas da comunidade que podem ser chamadas a adentrar nas escolas para colaborar na atualização dos currículos escolares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões e análises realizadas ao longo deste trabalho percebo o quanto estes movimentos da Cultura Digital podem contribuir para uma educação que se aproxime do aluno. Através desta interação que as ferramentas tecnológicas nos proporcionam é possível reinventar metodologias de ensino, ao mesmo passo que valorizar os saberes destes alunos e sua bagagem cultural. Ao docente fica esta gama de possibilidades de explorar os espaços educativos estendidos na perspectiva de uma prática pedagógica significativa para seus alunos, pois como foi abordada neste trabalho, uma docência mais humana, um olhar mais sensível permite que a relação ensino aprendizagem torne-se mais rica e comprometida com o aluno que está imerso em todos estes espaços construindo seu conhecimento.

A autonomia do aluno aparece como um ponto fundamental na compreensão do que um fazer pedagógico que também adentra nessa Cultura Digital pode contribuir para a construção destes sujeitos como cidadãos, trazendo possibilidades dialógicas e de interação o que consequentemente permitem o exercício da cidadania. A utilização das TIC, em especial das tecnologias móveis, pelo viés de uma educação cidadã pode tirar o “medo” dos docentes oferecendo uma prática pedagógica que irá se estender para além dos muros da escola.

As tecnologias móveis podem nos permitir uma conexão constante com outras formas de pensar a utilização dos celulares e tablets dentro da sala de aula. No documento recentemente disponibilizado pela UNESCO, intitulado de *O Futuro da aprendizagem móvel: implicações para planejadores e gestores de políticas* é possível perceber o esforço em sugerir para a comunidade educativa, especialmente gestores, em “melhorar a compreensão de como as tecnologias móveis podem ser utilizadas para melhorar o acesso, a equidade e a qualidade da educação no mundo inteiro.” (2014, p. 5)

Considerando os estudos realizados para este trabalho posso inferir que existem políticas públicas que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino como as DCN que valorizam o uso das TIC nos espaços

educativos, entendendo que os sujeitos hoje são parte dessa Cultura Digital e, por conseguinte a utilização dos recursos tecnológicos é indispensável para uma prática docente contemporânea.

Assim como existe preocupação por parte destes mesmos documentos em oferecer o acesso á essas tecnologias, no entendimento que isso se configura um direito de todos os sujeitos, entende-se também que muitas vezes o único acesso tecnológico de alguns alunos têm são seus aparelhos móveis, destacando estes como importantes recursos para esta educação contemporânea:

> Ao considerar a implementação de iniciativas de aprendizagem móvel, também é importante que pensemos na sustentabilidade do acesso. Por um lado, programas baseados em tecnologias que a maioria dos alunos não tem como acessar sem financiamentos ou subsídios são menos sustentáveis que aqueles que contam com as tecnologias que os alunos já têm. As novas tecnologias móveis precisam ser integradas com as tecnologias e práticas atuais, e os programas de aprendizagem móvel precisam ser projetados junto com as comunidades para que atendam melhor às suas necessidades específicas. (UNESCO, 2014, p.35)

O uso das TIC no âmbito educacional apontam muitos caminhos, e um deles eu busquei destacar neste trabalho de conclusão, é o caminho de potencializar uma educação para a cidadania com a imersão da prática pedagógica que considere o uso das tecnologias entrecruzada a Cultura Digital. Ao longo deste trabalho algumas questões foram respondidas, mas várias outras ainda surgirão com o intuito de compreender como todas essas possibilidades podem concretizar-se na prática, com tantas barreiras que ainda encontramos no dia a dia do nosso fazer docente.

Enfim, são muitas as questões que surgem ao abordar temáticas que podem ser tão amplamente exploradas, não existe apenas uma única maneira. Minha intenção com este trabalho foi apontar possíveis olhares para uma educação para a cidadania que se utilize dos recursos tecnológicos disponíveis nesses tempos digitais. Uma educação onde as tecnologias móveis estejam presentes no cotidiano como recurso pedagógico, multiplicando as formas de aprender, ensinar, compreender e estar nesse mundo. Vivendo o digital, a formação cidadã, em um mundo cheio de recursos tecnológicos tornando mais acessível o diálogo e as interações, para viver intensamente uma cidadania contemporânea.

REFERÊNCIAS

BOLL, Cíntia I; KRAUTZ, José R. **A Cultura Digital: quando a tecnologia se enreda aos usos e fazeres do nosso dia a dia**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=8210&Itemid>. Acesso em: 13 out. 2014.

BOLL, Cíntia Inês. Subtexto Revista de teatro do Galpão Cine Horto. **PROTAGONISMO EDUCATIVO EM AÇÕES INTERMINISTERIAIS CONTEMPORÂNEAS: O programa Mais Educação e o programa Mais Cultura nas Escolas entrecruzando imaginações e conhecimentos autorais.** Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2013. P. 97-101.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.

CORÁ, Elsio José.(Org). **Reflexões acerca da educação em tempo integral**. Porto Alegre: Evangraf, 2014. P. 211-226.

FREIRE, Paulo. Política e Educação. São Paulo: Cortez Editora, 5ª edição, 2001.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

HICKMANN, Roseli Inês. Dos estudos sociais às ciências sociais na sala de aula; outros olhares, outros territórios, outras histórias. **Projeto**: Revista de educação, Porto Alegre, ano 2, n. 2, p. 2-7, jan./jun. 2000.

_____. Ciências sociais no contexto escolar: para além do espaço e tempo. IN.__ (Org.) **Estudos sociais**: outros saberes e outro sabores. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 10-19.

LEMOS, André; Cunha, Paulo (orgs**). Olhares sobre a Cibercultura**. Sulina, Porto Alegre, 2003; p. 11-23.

LEMOS, André. Cibercidade. Um modelo de inteligência coletiva. In: Lemos. A. (Org). **Cibercidade: as cidades na cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

LEMOS, André; JOSGRILBERG, Fabio. (Org.) **Comunicação e mobilidade:** aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2009. 156 p.

MOREIRA, Taís Espíndula. **Hoje em dia trabalhar sozinho é humanamente impossível: Um percurso entre o isolamento docente e a docência compartilhada.** Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2009.

M.D.B de Almeida, J. A. Valente. **INTEGRAÇÃO CURRÍCULO E TECNOLOGIAS E A PRODUÇÃO DE NARRATIVAS DIGITAIS, Revista** Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 3, p. 57-82, Set/Dez 2012.

RODRIGUES, Maria Bernadette Castro. **Inclusão, humana, docência e alegria como finalidades da prática pedagógica,** IN ÁVILA, IVANY SOUZA (ORG) Escola e sala de aula, mitos e ritos: um olhar pelo avesso. PORTO ALEGRE: Editora da Universidade/ UFRGS. 2004.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As origens da modalidade de currículo integrado. IN:__. **Globalização e interdisciplinariedade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p. 9-23.

VICTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. A construção do objeto de pesquisa. In: VICTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. ***Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema***. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. Cap. 4. P.

O Futuro da aprendizagem móvel: implicações para planejadores e gestores de políticas. Brasília: UNESCO, 2014.